

XIX COLÓQUIO BRASILEIRO EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO

Mudanças sistêmicas, continuidades estruturais: a posição periférica do espaço sul-atlântico no Sistema Mundial Moderno

Isabella Cruzichi (PPGCP/UFRGS)¹

Lucca Medeiros da Silva (PPGCM/ECEME)²

Vinicius Zanchin Baldissera (PPGCP/UFRGS)³

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar as mudanças de ordem no Sistema Internacional Moderno e seus desdobramentos para a geopolítica sul-atlântica. Nesse sentido, questiona-se de que forma as mudanças sistêmicas condicionam as dinâmicas de poder no espaço sul atlântico e quais elementos de continuidade podem ser identificados? Assim a hipótese levantada sugere que o Atlântico Sul pode ser entendido como uma periferia de primeira importância, tendo em vista que todos aqueles que exerceram o papel de hegemonias do Sistema tiveram sua presença consolidada na região. Apesar disso, o valor estratégico deste espaço não se mantém constante, variando de importância nos momentos de Ordem e de ausência da mesma. Dessa forma, o elemento de continuidade pode ser encontrado na posição estrutural de periferia ocupada pelo Atlântico Sul e pelos continentes lindeiros (África e América do Sul) no Sistema Mundial Moderno.

Palavras-Chave: Sistema Internacional Moderno; Atlântico Sul; Geopolítica; Periferia; Transição Sistêmica.

Introdução

Desde os primórdios do desenvolvimento do Sistema Mundial Moderno, o espaço sul-atlântico foi alvo de interesse das grandes potências as quais ali buscaram se estabelecer devido ao estratégico posicionamento geopolítico da região, que durante séculos foi passagem obrigatória para as rotas marítimas que ligavam a Europa às suas colônias ao redor do mundo (Coutau-Bégarie, 1985; Penha, 2011). Das margens do Atlântico Sul, ainda, as grandes potências europeias extraíram os recursos materiais e humanos que permitiram sua

¹ Doutoranda e Mestre em Ciência Política (PPGCP/UFRGS). Bacharel em Relações Internacionais (UNIPAMPA). Pesquisadora-Assistente do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e integrante do projeto de pesquisa “Segurança e Defesa na África: Características, Mudanças e Impactos no Entorno Estratégico Brasileiro” vinculado ao Programa Pró-Defesa V CAPES/MD. Contato: isabellacruzichi@gmail.com.

² Mestrando em Ciências Militares (PPGCM/ECEME). Bacharel em Relações Internacionais (UFRGS). Pesquisador-Assistente do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e integrante do projeto de pesquisa “Segurança e Defesa na África: Características, Mudanças e Impactos no Entorno Estratégico Brasileiro” vinculado ao Programa Pró-Defesa V CAPES/MD. Contato: medeirosdasilva.lucca@gmail.com.

³ Doutorando e Mestre em Ciência Política (PPGCP/UFRGS). Bacharel em Relações Internacionais (UFPEL). Pesquisador-Assistente do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e integrante do projeto de pesquisa “Segurança e Defesa na África: Características, Mudanças e Impactos no Entorno Estratégico Brasileiro” vinculado ao Programa Pró-Defesa V CAPES/MD. Contato: vinicius.zanchin@ufrgs.br.

industrialização e tornaram pujantes seus impérios (Costa e Silva, 2022; Visentini, 2022). Hoje, mesmo com o funcionamento dos canais do Panamá e de Suez, que marginalizaram as rotas de Magalhães e do Cabo, respectivamente, o Atlântico Sul segue se mostrando fundamental em momentos de insegurança ou inoperabilidade destes canais (Pereira, 2013).

Muito além de uma simples rota comercial, como explicitado acima, o Atlântico Sul é uma rica jazida de recursos energético-minerais e pesqueiros. Também é por suas águas que boa parte da Antártica pode ser acessada, sendo porta de entrada para o continente gelado e para seus ricos e inexplorados recursos, cada vez mais cobiçados em um contexto que indica que as mudanças climáticas farão com que a disputa pela região volte ao tabuleiro geopolítico (Câmara; de Melo, 2018).

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar as mudanças de ordem no Sistema Internacional Moderno e seus desdobramentos para a geopolítica sul-atlântica. Nesse sentido, questiona-se de que forma as mudanças sistêmicas condicionam as dinâmicas de poder no espaço sul atlântico e quais elementos de continuidade podem ser identificados? Assim a hipótese levantada sugere que o Atlântico Sul pode ser entendido como uma periferia de primeira importância, tendo em vista que todos aqueles que exerceram o papel de hegemonias do Sistema tiveram sua presença consolidada na região. Apesar disso, o valor estratégico deste espaço não se mantém constante, variando de importância nos momentos de Ordem e de ausência da mesma. Dessa forma, o elemento de continuidade pode ser encontrado na posição estrutural de periferia ocupada pelo Atlântico Sul e pelos continentes lindeiros (África e América do Sul) no Sistema Mundial Moderno.

No que concerne ao método adotado pela pesquisa, esse será o histórico-comparativo, cuja escolha se fundamenta nas vantagens significativas que a história oferece ao realizar comparações globais, tornando o passado, com suas regras e diferenças, a base fundamental para qualquer compreensão séria do tempo presente (Braudel, 2009). Ao analisar em detalhe os processos históricos, é possível descrevê-los e identificar os fatores que os explicam, o que permite compreender melhor a continuidade e a conexão entre os diferentes fenômenos. A importância central da história torna-se ainda mais clara quando se trata da política internacional. Nessa perspectiva, Merle (1987) ressalta que a sociedade internacional constitui um fenômeno único, já que o observador não dispõe de referências comparativas no espaço. Diante disso, a história assume papel fundamental, oferecendo parâmetros de comparação ao longo do tempo e possibilitando examinar as particularidades de cada sistema internacional sucessivo.

Portanto, a análise histórica, ferramenta indispensável para a compreensão da realidade internacional (Merle, 1987), nos permite observar que os processos na região do Atlântico Sul não são isolados, bem pelo contrário, estão intrinsecamente relacionados com os processos sistêmicos que se desenvolvem no Sistema Mundial, tampouco sendo momentâneos e surpreendentes, estando ligados aos processos de longa duração que permeiam a complexa arquitetura do Moderno Sistema Mundial (Braudel, 1990; Wallerstein, 1974; Halliday, 2007). Dessa forma, o trabalho consiste em uma análise qualitativa, empregando o método hipotético-dedutivo e utilizando como ferramenta de pesquisa a revisão bibliográfica e documental (Gerhardt; Silveira, 2009; Prodanov; Freitas, 2013).

Desde o sistema mundial antigo, os mares desempenharam um papel relevante para o progresso das civilizações, na antiguidade clássica o mar já representava um veículo de projeção de poder – como no caso da *Pax Romana* que consolidou o Mediterrâneo em um *mare nostrum*. No entanto, até a idade moderna a história foi construída por impérios (romano, chinês e o russo) que se caracterizavam por dominar extensas áreas continentais e entre os quais as relações internacionais ocorriam fundamentalmente por rotas terrestres (Rota da Seda e Rota Transaariana). Foi no século XVI, com o nascimento do sistema moderno de Estados que se consolidou uma mudança geopolítica fundamental, por meio da ascensão do Atlântico como o novo espaço dinâmico global, culminando na formação dos impérios ultramarinos. Desde então, o fator marítimo passou a condicionar as relações internacionais e os oceanos tornaram-se a base processual de diferentes conjunturas ao longo dos séculos (Castro, 1997).

O domínio do Atlântico representou um elemento chave da expansão europeia. O desenvolvimento de uma atividade geopolítica mais intensa nessa região deveu-se em grande medida às características físicas desse espaço. Abrangendo cerca de 24% da superfície da terra, banhando 65 países com realidades políticas, econômicas e militares extremamente distintas (Correia, 2010), o Atlântico se difere do Pacífico e do Índico por não possuir obstáculos entre as duas zonas polares. Também se localizam nele três importantes charneiras mundiais: a do Cabo da Boa Esperança; a do Canal do Panamá; e a do Estreito de Magalhães. Para além disso, suas costas possuem apenas dobras montanhosas, que são melhores para instalações portuárias, em comparação ao Pacífico, por exemplo, que é conformado por um cinturão vulcânico (Castro, 1984).

A divisão do Atlântico em duas zonas geoestratégicas não corresponde à delimitação geográfica traçada pela Linha do Equador. A definição do Atlântico Sul surgiu no século XVI com os cartógrafos portugueses que estabeleceram os limites do Equador, do Trópico de

Câncer e do Círculo Polar como um condomínio exclusivo da coroa lusitana. No século XIX, os ingleses consolidaram essa subdivisão (Pimentel, 2015). Já o Atlântico Norte foi definido em 1949 no artigo 6º do Tratado da OTAN como tudo que se encontra ao norte do Trópico de Câncer ($23^{\circ} 26'$). Na realidade a divisão do Atlântico ocorre na área que o entorse continental sul-americano – saliente nordestino – projeta-se para a protuberância da África Ocidental. A linha divisória, portanto, é uma linha inclinada que liga Natal (ao sul) e Dakar (ao norte) (Castro, 1984). A delimitação oficial mais específica sobre o Atlântico Sul foi feita pelo Livro Branco de Defesa que circunscreveu a região entre o “[...] paralelo 16 norte, a costa oeste da África, a Antártica, o leste da América do Sul e o leste das Antilhas Menores” (Brasil, 2012, p. 39). A presente pesquisa assume a definição de Penha (2011), que, de modo muito semelhante ao documento brasileiro, localiza a bacia do Atlântico Sul limitada ao norte pela linha que vai desde o Amapá até a Mauritânia, permeando o arquipélago de Cabo Verde, e se estendendo ao sul até o paralelo 60º referido no Tratado da Antártica (1991), que demarca fronteira norte do Oceano Antártico.

Desse modo, o espaço marítimo do Atlântico Sul está compreendido entre três frentes continentais – América, África e Antártica – e três corredores – ao norte entre o estrangulamento Natal-Dakar, e ao sul entre a Antártica e o Estreito de Drake e a Passagem do Cabo. Deriva dessa configuração, em distinção à bacia fechada do Atlântico Norte, o sentido estratégico do corredor vital do Atlântico Sul onde os grandes oceanos se reúnem (Castro, 1984). Ademais, como analisa Silva e Marcondes (2019), essa área marítima pode ser dividida em quatro regiões: a sul-atlântica sul-americana, a sul-atlântica africana, o alto-mar e as águas jurisdicionais das ilhas oceânicas de potências extrarregionais (Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha).

Como explicam os autores, a área marítima sul-atlântica sul-americana é composta por apenas três Estados - Argentina, Brasil e Uruguai – entre os quais prevaleceu até os anos de 1980 uma relação de tensionamentos clássicos, substituída por uma dimensão cooperativa nas décadas seguintes. A região sul-atlântica africana, por sua vez, abriga uma variedade de Estados (21) com contextos econômicos, sociais e militares heterogêneos, representando uma das principais fontes de recursos energéticos mundiais, com destaque para o Golfo da Guiné. As ilhas são elementos fundamentais na geoestratégia do Atlântico Sul: no passado esses espaços configuraram pontos de apoio na esteira oceânica. Hoje configuram três triângulos geoestratégicos: Fernando de Noronha, Trindade e Malvinas; Ascensão Santa Helena e Tristão da Cunha; e Gough, Georgia do Sul, Sanduíche do Sul, Shetlands do Sul e Orcadas do Sul (Castro, 1984). Ademais, o Atlântico austral desde a suspensão dos programas nucleares

brasileiro, argentino e sul africano, está livre da proliferação nuclear e de mísseis de médio e grande alcance. A região também se beneficia da posição relativamente isolada em relação ao Pacífico, primeiro teatro de disputas estratégicas em escala global (Couto, 2012), o que não significa que o Atlântico Sul esteja alheio a essas dinâmicas.

Identifica-se que no quadro geopolítico da nova ordem mundial pós-Guerra Fria o Atlântico Sul desponta como uma região rica em recursos naturais estratégicos, compondo o processo de deslocamento do eixo de reservas energéticas do hemisfério norte para o sul. Segundo Couto (2012), este movimento foi favorecido pela descoberta de importantes jazidas principalmente no Golfo da Guiné e no pré-sal brasileiro. A região torna-se ainda mais atrativa por ser desmilitarizada, com baixo risco de conflito e os recursos serem de fácil acesso, assim como o transporte, uma vez que, além de não depender de canais, para as potências ocidentais as reservas localizam-se muito mais próximas do que as localizadas no Oriente Médio. Se por um lado esses recursos são alvo de disputas entre atores extrarregionais tradicionais e emergentes, por outro as potencialidades do Atlântico Sul podem ser importantes catalisadores da industrialização e da integração produtiva dos Estados ribeirinhos. Apresentando, assim, uma oportunidade de um incremento significativo das reservas de bens primários exportáveis, ou até mesmo, caso os governantes possuam um plano estratégico, existe o potencial de exploração de tais recursos que envolvam setores industriais mais dinâmicos, com a produção de bens com maior valor agregado e de alto conteúdo tecnológico (Brozowski; Padula, 2016).

Assim, percebe-se que o Atlântico Sul reveste-se de importância estratégica para as grandes potências (Pereira, 2013), sendo uma periferia fundamental da qual qualquer centro de poder que se pretende mundial necessita se fazer presente para se projetar globalmente. Seria leviano afirmar, no entanto, que o Atlântico Sul desfruta sozinho dessa condição e o presente estudo não se propõem a isso, mas é inevitável concluir, ao observar o desenvolvimento dos últimos cinco séculos, que a presença no espaço sul-atlântico foi importante para que as hegemonias fossem estabelecidas (Coutau-Bégarie, 1985).

Mais que isso, podemos observar também que a importância do Atlântico Sul não se mantém constante, sendo suscetível às mudanças de polaridade do Sistema. Assim, fica evidente que nos momentos de instabilidade, em que há ausência de uma Ordem internacional, a região adquire valor estratégico para aqueles atores que pleiteiam oportunidades de se consolidar como um polo de poder relevante. Já naqueles momentos em que há estabilidade e uma Ordem consolidada, naturalmente a região vê o declínio das disputas pela presença no seu espaço, haja vista a presença consolidada de um ator

hegemônico dentro de uma Ordem coesa que, assim que começa a dar os primeiros sinais de desgaste, novamente leva o Atlântico Sul ao centro das disputas.

Para a consecução do objetivo proposto, o texto está estruturado em três seções, excetuando-se a introdução e a conclusão. As duas primeiras pretendem discutir os conceitos teóricos de hegemonia e de ordens sistêmicas e, a partir disso, analisar os ciclos hegemônicos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, respectivamente, observando como o espaço atlântico foi incorporado a essas duas ordens em seus momentos de ascensão, apogeu e crise. Em sequência, a terceira seção traz um olhar analítico aprofundado para o momento atual de crise e transição sistêmica, no qual o Atlântico Sul demonstra-se estrategicamente relevante no contexto da disputa entre os pólos de poder tanto em declínio quanto emergentes, apesar de manter sua posição estrutural de periferia no Sistema Mundial Moderno.

As discussões sobre hegemonia e ordens sistêmicas nos marcos teóricos do Sistema-Mundo

Segundo Wallerstein (2001), o surgimento do Sistema Mundial Moderno teve início durante o longo século XVI, na Europa e América (e, consequentemente, no Atlântico) e, a partir disso, expandiu-se até se tornar um sistema global. Esse sistema é fundamentalmente capitalista, ou seja, seu surgimento e expansão foram frutos do próprio surgimento e expansão das dinâmicas capitalistas que se estabeleceram na Europa com o fim da Idade Média. De forma que, a transição do feudalismo para o capitalismo teve como uma de suas características a expansão marítima dos nascentes Estados Nacionais da Europa Ocidental (Wallerstein, 1974).

Tal transição ocorreu pela primazia das redes de acumulação de capital sobre as redes de poder, subordinando-as à lógica econômica. Dessa dinâmica resultou a fusão entre Estado e capital na Europa, que impulsionou a formação de um sistema capitalista de alcance global sustentado pelo comércio e pelo controle das rotas marítimas. Isto é, a expansão da produção material, do comércio e do consequente acúmulo de capital público e privado em determinado Estado passou, gradativamente, a ser o objetivo mais relevante do que a pura expansão do poder por meio da conquista de novos territórios (Arrighi, 2013).

A consolidação dessas estruturas político-econômicas centralizadas foi fundamental para a expansão do comércio interno e externo, potencializando e uniformizando o fluxo de mercadorias. Observa-se que esses Estados possibilitaram as expedições mercantis que permitiram a expansão e o próprio desenvolvimento deste novo Sistema. Além de ser

essencialmente capitalista, outra característica basilar do Sistema Mundial Moderno é o fato de que ele é hierarquizado, havendo uma clara diferença de poder e capacidades entre o centro desenvolvido desse sistema e a sua periferia agrária-exportadora.

Partindo dessa perspectiva, podemos observar como a região do Atlântico Sul se comportou como periferia desde sua inserção nas dinâmicas sistêmicas ao longo do século XVI (Wallerstein, 1974). Assim, o Atlântico Sul esteve inserido em maior ou menor grau nas disputas entre as grandes potências em diferentes fases sistêmicas: Portugal, Espanha, Holanda e França (do século XV ao XVIII), durante o período de formação do Sistema Mundial Moderno; Grã-Bretanha (século XIX) durante a *Pax Britannica*; com o fim desta, Estados Unidos (EUA), Alemanha e União Soviética (URSS) durante o período de crise e transição que levam à Guerra Fria; e, à *Pax Americana*, que se constitui como uma ordem bipolar limitada sob hegemonia estadunidense (Arrighi, 2013). É interessante observar que, apesar de surgirem novos atores, os antigos permanecem, mesmo que seja com influência reduzida.

A análise histórica de longa duração permite-nos observar que os eventos disruptivos, ou seja, as mudanças que ocorrem no Sistema Internacional e que geram disputas por domínio entre as potências sempre que não há um ator dominante, ou o mesmo encontra-se decadente, inserem-se em processos de longa duração que fazem parte da estrutura do próprio Sistema (Braudel, 1990). O Sistema, intrinsecamente capitalista, é caracterizado pela sua renovação constante, não podendo se dar ao luxo de estagnar, sendo assim continuo (Wallerstein, 2001). Desta maneira, apesar da importância das rupturas e mudanças, devemos nos atentar àquilo que permanece (Braudel, 1990), ou seja, a compreensão de que a estabilidade é curta e de que a hegemonia, que leva a períodos mais ordeiros e estáveis, tem custos significativos para o hegemon, o que inexoravelmente o levará ao desgaste. Concomitantemente, e quiçá em razão do próprio enfraquecimento, outro (ou outros) ator desafiante fortalecer-se-á e desafiará o ator decadente (Cox, 1981; Arrighi, 2013). Assim, o Sistema segue um caminho claro de alternância entre momentos de ordem e momentos de desordem que, dialeticamente, alavancam um novo ator capaz de ordená-lo novamente (Arrighi; Silver, 2001).

Arrighi (2013, p. 27) define hegemonia como a “capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”, ou seja, de estabelecer uma Ordem. Essa liderança não se limita à dominação, mas deve ser também intelectual e moral, promovendo valores de caráter universal. Arrighi (2013) entende que a

hegemonia combina elementos de consentimento e coerção, articulando-se tanto pela busca de poder no sistema interestatal quanto pela legitimação interna diante dos cidadãos.

Em obras posteriores, Arrighi e Silver (2001) reforçam a distinção entre dominação e liderança, ressaltando que esta última decorre da capacidade de um hegemon apresentar-se como representante de um interesse geral, superando a lógica da força pura. Essa concepção aproxima-se da ideia gramsciana de “inflação do poder”, na medida em que a dominação é legitimada pela credibilidade de atender não apenas aos interesses do grupo dominante, mas também dos subordinados. Assim, a hegemonia pressupõe um componente ideológico-moral que, aliado ao domínio econômico-militar, permite ao hegemon ordenar o sistema internacional, estabelecendo uma Ordem. Conforme observa Cox (1981), tal liderança só se sustenta mediante o consenso dos demais atores que disputam espaço no sistema.

Uma Ordem, a seu turno, é definida por Mearsheimer (2019) como uma série de instituições (compreendendo instituições, tratados e legislações) internacionais que são organizadas visando a governança no Sistema Internacional. Essas instituições são organizadas e financiadas pelas grandes potências para promover uma série de regras de convivência que são, naquele momento, de seu interesse.

Ainda na definição de Mearsheimer (2019), as Ordens podem conter uma série variada de instituições, não se restringindo apenas às questões de defesa, mas abrangendo também (e principalmente) regulações econômicas e políticas. O autor considera que as Ordens são indispensáveis no Sistema Internacional pois elas organizam as relações interestatais no Sistema e permitem que as Grandes Potências (e principalmente o *hegemon*) definam as instituições e regras que lhes beneficiem frente aos demais Estados mais fracos, de maneira que mantenham suas vantagens sobre esses atores menores.

Um bom exemplo deste fenômeno são os esforços das superpotências durante a Guerra Fria para construir um regime de não-proliferação. Para esse efeito, em 1968, a União Soviética e os Estados Unidos conceberam o TNP, o que tornou efetivamente ilegal a aquisição de armas nucleares por qualquer Estado-Membro que não possuísse armas nucleares. Naturalmente, a liderança em Moscou e Washington fez um grande esforço para conseguir que o maior número possível de Estados aderissem ao TNP⁴ (Mearsheimer, 2019, p. 11, tradução própria).

Em relação à estabilidade e configuração de uma determinada Ordem, Mearsheimer (2001) afirma que quanto maior a quantidade de grandes potências, maior a disputa por poder

⁴ Do original: “A good example of this phenomenon is the superpowers’ efforts during the Cold War to build a nonproliferation regime. Toward that end, in 1968 the Soviet Union and the United States devised the NPT, which effectively made it illegal for any member state that did not have nuclear weapons to acquire them. Naturally, the leadership in Moscow and Washington went to great lengths to get as many states as possible to join the NPT”.

e, consequentemente, maior a instabilidade de uma Ordem. Isso ocorre pela diluição do poder e também pelo fato de que quanto menor a quantidade de grandes potências, mais desparecidas são suas capacidades, havendo um desequilíbrio entre elas. Também, maior é a quantidade de potências menores e menos duradouras e estáveis são as alianças. Assim, quanto maior a quantidade de grandes potências em uma Ordem, menor é sua estabilidade e maiores são as chances de desequilíbrio e conflito.

Não obstante, o autor nos diz que as instituições de uma Ordem não são instrumentos com “vida própria”, ou seja, não são factíveis sem o aval das Grandes Potências e, portanto, não têm poder impositivo sobre as mesmas, pelo contrário, dependem de sua chancela. Assim, entende-se que essas instituições e normas estabelecidas pelas grandes potências incidem de fato apenas sobre os atores menos poderosos (Mearsheimer, 2019).

O papel do Atlântico Sul na ascensão e crise das ordens hegemônicas: da Pax Britânica à Pax Americana

Tendo como eixo norteador os conceitos teórico metodológicos discutidos no tópico anterior é possível afirmar que período hegemônico exercido pela Grã-Bretanha (1770-1870) foi estruturado a partir de dois eixos principais: o expansionismo vitoriano e a produção industrial. A estratégia de organização sistêmica para que esses objetivos fossem atingidos foi configurada sobre o sistema de Viena (1815), o qual fomentou estruturas de poder fragmentadas no continente europeu, instaurando a política de equilíbrio de poder fundada na aliança com os Estados absolutistas cujo predomínio era contrabalanceado na Europa pela França, e nas Américas pelos EUA. As principais condicionantes desse sistema eram o *gap* de desenvolvimento industrial dos demais países em relação a Grã-Bretanha e o domínio sobre os mares da Royal Navy.

A exemplo disso, durante o auge da *Pax Britannica* (1815-1870), o Atlântico Sul foi progressivamente incorporado às dinâmicas sistêmicas sob hegemonia britânica. A supremacia naval do Reino Unido permitiu não apenas o controle das principais rotas marítimas, mas também a imposição de um regime de livre-comércio que consolidava a centralidade britânica no comércio global (Arrighi, 2013), sendo a principal instituição de sua Ordem. A abolição gradual do tráfico transatlântico de escravizados, em grande medida imposta pelo poder naval britânico, não representou apenas uma questão humanitária, mas sobretudo uma estratégia para reconfigurar os fluxos comerciais e fortalecer novas formas de inserção econômica da região, vinculadas ao fornecimento de matérias-primas e gêneros

agrícolas destinados às indústrias do centro (Rodrigues, 1964). Nesse contexto, o Atlântico Sul foi reorganizado como um espaço subordinado à lógica de acumulação britânica, tornando-se parte da Ordem liberal britânica.

Além disso, a presença britânica no Atlântico Sul se manifestou por meio da integração das economias sul-americanas e africanas aos interesses de Londres, ao mesmo tempo em que a comunicação independente entre as duas margens do Atlântico Sul era cortada, de modo a estabelecer uma “grande muralha invisível” que impedia as relações entre a América do Sul e a África de maneira direta (Costa e Silva, 2022). Os portos brasileiros, argentinos e sul-africanos tornaram-se pontos estratégicos não apenas para o comércio, mas também para a projeção naval britânica e o controle das rotas em direção ao Índico e ao Pacífico (Penha, 2011). Essa configuração consolidou a condição periférica do Atlântico Sul, onde as elites locais encontravam vantagens em associar-se ao capital britânico, mas sem romper a subordinação estrutural que limitava a autonomia dos Estados da região. Assim, a *Pax Britannica* não apenas moldou o espaço atlântico como uma zona de estabilidade relativa, mas também reforçou as hierarquias do sistema internacional, estabelecendo bases que condicionariam as disputas hegemônicas subsequentes.

A crise da hegemonia britânica se deu a partir da ascensão de novas potências industriais e da perda gradual de poder político e econômico do Reino Unido, que não conseguiu deter poder suficiente para seguir organizando o Sistema, havendo a partir disso maior competição entre as potências e uma corrida imperialista para as áreas ainda não integradas ao espaço capitalista, submetendo-as à condição de periferia. O desgaste da hegemonia britânica passa a ser verificado na incapacidade do sistema de Viena em conter as rivalidades intercapitalistas⁵, que desencadearam as duas Grandes Guerras Mundiais, as quais representaram um momento de crise geral⁶.

O jogo de poder mundial havia mudado no fim do século XIX, pois, novos atores poderosos surgiram – a Alemanha, os Estados Unidos (EUA) e o Japão – e buscavam

⁵ Para Kennedy (1991) a obtenção de poder pelos alemães no teatro europeu e, em seguida, mundial foi fundamental para a derrocada da Ordem liberal britânica e, mais que isso, o Reino Unido também teve de lidar com a ascensão da robusta economia dos Estados Unidos, que passaram a ocupar o centro da economia mundial. Esse período de crise e transição transformou as estruturas de poder internacional e culminou em um momento de absoluto caos sistêmico, que Hobsbawm (1995) considera como a era da “guerra total”, que se estendeu desde meados de 1914 até o final da II Guerra Mundial em 1945.

⁶ Arrighi (2013, p. 30) apresenta o caos sistêmico como “uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização [...] e à medida que aumenta, a demanda de ‘ordem’ tende a se generalizar cada vez mais”. Esses momentos de absoluto colapso das estruturas político-econômicas são uma das principais características estruturais do Sistema Mundial Moderno, que se forma e se expande a partir dessas recorrentes crises e transformações que marcam a ascensão e a derrocada das Ordens hegemônicas e do Estado ou dos Estados líderes dessas Ordens (Wallerstein, 2001).

expandir seus impérios industriais, competindo com a Grã-Bretanha. O declínio relativo da hegemonia da Grã-Bretanha era patente: o Estado não era mais a “oficina do mundo” e sua marinha também perdeu seu status de incontestável. Por conseguinte, o desenvolvimento da acumulação capitalista em outras regiões levou os Estados em competição para conflitos inevitáveis, os quais foram a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais (Hobsbawm, 2017).

Em processo de crescimento, os Estados Unidos tiveram plena liberdade de expansão pelas Américas. Por outro lado, seu envolvimento militar no teatro europeu foi retardado o máximo possível. Somente após substituir a influência britânica nas Américas, onde assumiram a posição de principal investidor, e terem se tornado os principais credores da Europa, os Estados Unidos se envolveram diretamente na Primeira Guerra Mundial em 1917, a fim de salvar seus principais clientes devedores, Inglaterra e França, e combater a ameaça naval e submarina que a Alemanha apresentava (Visentini; Pereira, 2012).

A Paz de Versalhes e a Liga das Nações revelaram-se frágeis desde o início, incapazes de sustentar a ordem internacional no pós-Primeira Guerra. Em concordância com Arrighi (2013), comprehende-se que se a Primeira Guerra desintegrou as estruturas criadas ao longo do século XIX, a Liga das Nações representou uma tentativa de restabelecimento dessa ordem, mas sem sucesso, pois as condições haviam se alterado e as estratégias de organização não eram mais efetivas. No entanto, ainda segundo o autor, deve-se ter em vista que o fim de uma hegemonia não implica na imediata substituição por uma nova. As duas grandes guerras e a crise de 1929 permitiram que os recursos da hegemonia decadente fossem direcionados para a hegemonia em ascensão, por intermédio da venda de suprimentos de guerra. Para além disso, o isolacionismo relativo norte americano nas disputas internacionais, ao deixar essa tarefa para os britânicos, possibilitou que os EUA garantissem os benefícios do poder imperial sem arcar com os custos. Dessa forma, o autor conclui que a *Pax Americana* (1950-1970) surge após a Crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial e a consolidação da URSS criarem as condições para a Guerra Fria, terminando a transição em 1950. A superioridade econômica e militar, especialmente naval, permitiu a consolidação de uma nova ordem internacional, amparada pela criação da Organização das Nações Unidas e das instituições financeiras e comerciais de Bretton Woods, deslocando o eixo central do sistema-mundo capitalista da Europa para os Estados Unidos.

A ordem do pós-guerra estruturou sua doutrina na condição de um adversário sistêmico, sempre em oposição a uma ameaça ou um desafio, ou seja, ela se favorece da condição de heterogeneidade do sistema da Guerra Fria. Assim, toda cultura estratégica, os

sistemas de tratados e instituições criados pós-1945 (tendo como base as Nações Unidas, seu Conselho de Segurança com a ferramenta de voto), foram constituídos com base na bipolaridade sistêmica. No mesmo sentido, Halliday (1989) destaca que durante a Guerra Fria a revolução forneceu o alicerce histórico para o sistema bipolar sob a hegemonia estadunidense, fomentando a corrida armamentista, motivando a competição entre as grandes potências e representando uma ameaça à política interna dos países.

Segundo o autor (1989, 2007), a principal problemática do sistema da Guerra Fria era a existência de um base econômica que fugia das estruturas capitalistas, a qual poderia ser usada para desorganizar a ordem estabelecida, por meio do suporte soviético aos pólos de tensão na periferia. Para coibir as iniciativas de Moscou no terceiro mundo, Washington usava a corrida armamentista como política de incerteza para pressionar as capacidades soviéticas, resultando desta estratégia a insustentabilidade, perda de foco e crise da hegemonia norte-americana quando a condição de bipolaridade não mais se verificou.

Nesse cenário, no Atlântico Sul, a porção sul americana destacou-se como uma das primeiras regiões a sentir a transição hegemônica do Reino Unido para os Estados Unidos. Ainda nas primeiras décadas do século XX, a influência econômica norte-americana já havia suplantado a britânica no comércio e nas finanças, processo intensificado após a Segunda Guerra. Apesar de alguns países buscarem alternativas para evitar a plena subordinação ao liberalismo norte-americano, o contexto imediato do pós-guerra possibilitou a consolidação da hegemonia estadunidense, que estruturou uma ordem internacional conivente com seus interesses e consolidou sua preeminência política e econômica na região.

Nas margens opostas, o continente africano não apenas serviu de palco para campanhas militares das potências beligerantes durante a Segunda Guerra Mundial, como também forneceu contingentes de soldados recrutados pelas metrópoles coloniais. Esses combatentes, ao entrarem em contato direto com tropas europeias, tiveram acesso a treinamento militar e foram expostos a ideologias e experiências políticas centrais no período, entre elas o liberalismo, com seus princípios de autodeterminação e direitos humanos. O enfraquecimento das potências coloniais no pós-guerra favoreceu a disseminação desses ideais, que passaram a alimentar movimentos sociais e políticos no interior das colônias, orientados pela demanda por maior autonomia e, em muitos casos, pela luta pela independência. Esse processo contribuiu decisivamente para a consolidação do nacionalismo africano, que articulava a resistência ao domínio colonial, o influxo do pan-africanismo e a inspiração advinda das experiências de descolonização na África (Wallerstein, 2005).

Com o término da Segunda Guerra Mundial e o enfraquecimento das metrópoles coloniais, os movimentos nacionalistas africanos encontraram condições favoráveis para reivindicar independência. Este processo de descolonização do continente africano não era contrário aos interesses estadunidenses, pois a abolição de qualquer forma de protecionismo correspondia às demandas de expansão, exportação e investimentos de suas empresas, em pleno processo de transnacionalização (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2022).

Assim, a inserção do continente na ordem internacional pós-guerra ocorreu de forma subordinada, pois a hegemonia estadunidense buscava expandir seus interesses econômicos nos novos Estados independentes, pressionando-os a liberalizar suas economias e abrir espaço para investimentos externos. Dessa forma, ainda que a independência política tenha sido conquistada, ela resultou em uma continuidade da lógica de subordinação característica da economia-mundo capitalista, agora sem a necessidade de controle colonial direto e com mediação das antigas potências europeias, que mantiveram influência neocolonial sob a proteção norte-americana (N'krumah, 1967).

Para os Estados Unidos, o continente africano e o Oceano Atlântico Sul eram dotados de caráter estratégico, pois, uma vez que constituíam a periferia de seu sistema, transformaram-se em espaço suscetível às disputas com a superpotência rival. Nesse sentido, os Estados Unidos priorizavam a contenção de revoluções e da influência soviética, apoiando regimes aliados e intervindo de maneira direta ou indireta em processos políticos considerados uma ameaça à ordem liberal na África e nas Américas.

No caso da África Atlântica, a relevância estratégica se ampliou justamente por sua conexão direta com o Atlântico Sul, espaço vital para a manutenção da ordem da Guerra Fria. A região reunia duas dimensões complementares: de um lado, países como Nigéria e Angola, centrais para o abastecimento energético do ocidente pela sua produção de petróleo; de outro, as rotas marítimas que cruzavam o Atlântico Sul, essenciais para a segurança energética e para a circulação de mercadorias entre África, Américas e Europa (Penha, 2011). Assim, o Atlântico Sul consolidava-se como um flanco estratégico do ocidente, tanto para conter avanços soviéticos no continente africano quanto para assegurar a projeção de poder dos Estados Unidos em sua área de influência hemisférica.

Com a dissolução da União Soviética no início dos anos 1990, o fim da Guerra Fria representou também o fim da Ordem bipolar e, consequentemente, da *Pax Americana*, levando assim a um novo período de transição e crise no Sistema Internacional. Apesar de muitos preconizarem a desintegração da União Soviética como uma vitória dos Estados

Unidos, resultando na constituição de uma superpotência – cujos princípios seriam difundidos pelo mundo em uma “segunda fase” da *Pax Americana* –, a realidade se mostrou oposta (Mearsheimer, 2001; Wallerstein, 2006). Emmanuel Todd (2004) entende que hoje há uma relação inversa na qual os Estados Unidos não são mais politicamente fundamentais como liderança mundial e, ao contrário, passaram a depender economicamente do resto do mundo.

O que se observa a partir dos anos 1990 é o latente declínio do poder americano e de sua capacidade de ordenar o Sistema Internacional. Wallerstein (2004, p. 25) afirma que, desde então, os Estados Unidos são uma “[...] superpotência solitária à qual falta um verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam, e uma nação perigosamente à deriva, imersa em um caos global que ninguém pode controlar [...]”. As análises que defendem a unipolaridade ignoram o fator da diluição do poder mundial. Ou seja, no âmbito militar os Estados Unidos seguem sendo a principal potência, no entanto, em outros setores, como o econômico, há uma reversão da posição de principal credor mundial para a de principal devedor, sendo superado pela China, que nas últimas décadas vem obtendo resultados impressionantes no setor econômico e social (Arrighi, 2007).

Assim como aconteceu com os hegemons anteriores que declinaram, o Sistema Internacional expandiu-se e complexificou-se de tal sorte que o hegemônico já não detém mais a capacidade e os recursos necessários para que exerça a hegemonia (Van Der Pijl, 2018). Assim, presencia-se um momento em que há a ausência de uma hegemonia, ou seja, de um ator capaz de ordenar o Sistema e impor uma Ordem. Ainda, o momento de crise e transição sistêmica atual abre a possibilidade para a ascensão de novos pólos de poder que direcionam o Sistema Internacional para uma Ordem Multipolar (Visentini, 2019; Fiori, 2024).

Dinâmicas de poder no Atlântico Sul no Pós-Guerra Fria: entre continuidade e transformação

Desta forma, o século XXI, até o momento, mostra-se como um século instável, palco de um reordenamento do Sistema em cujo ator hegemonicista mostra-se decadente (Todd, 2024), sem rumo ou capacidade de liderança, intransigente na aceitação de sua nova realidade e profundamente militarizado (Wallerstein, 2006; Todd, 2004; Mearsheimer; 2019). Observando o complexo cenário de ausência de Ordem e crise/transição sistêmica que o Sistema Mundial atravessa, concorda-se com Visentini (2019) quando o autor apresenta uma proposta analítica que identifica os “eixos de poder mundial” do século XXI, dividindo-o em quatro eixos de poder, cada qual com suas características próprias e conflitualidades entre si.

O primeiro é o eixo militar-rentista anglo-saxão, liderado pelos Estados Unidos e integrado pela anglosfera (Reino Unido, Austrália, Canadá, Nova Zelândia) e, parcialmente, por Israel e aliados menores, como Portugal — relevante por sua atuação na CPLP. Esse bloco pós-industrial concentra vastos recursos de coerção militar, diplomática, financeira e tecnológica, sustentado por uma rede global de inteligência (*Five Eyes*) e por territórios ultramarinos estratégicos, como os britânicos no Atlântico Sul. Trata-se do bloco histórico ocidental-anglófono descrito por Van Der Pijl (2018), no qual o dólar constitui instrumento central de poder (Torres Filho, 2022; Fiori, 2024).

O segundo eixo, identificado por Visentini (2019) como industrial-desenvolvido, reúne a União Europeia, o Japão e os Tigres Asiáticos. Formado por potências médias que perderam a Segunda Guerra Mundial, como Alemanha e Japão, e por uma França nuclear, porém estrategicamente “desorientada”, esse bloco caracteriza-se por um capitalismo produtivo avançado, elevados padrões de vida e forte capacidade industrial. Todos seus membros mantêm estreita vinculação com os Estados Unidos, seja pela OTAN ou por acordos bilaterais firmados no contexto da Guerra Fria.

As relações com esse eixo revelam importância tanto para os países rentistas quanto para os emergentes, indicando, segundo Todd (2004), que os Estados Unidos fomentam uma insegurança artificial para manter estes afastados do Terceiro Mundo. A estratégia de Washington busca, assim, distanciar China, Tigres Asiáticos, Japão e Rússia da União Europeia (especialmente Alemanha e França), reforçando a dependência para com os Estados Unidos como “polícia do mundo” e legitimando suas ações enquanto separa potenciais competidores.

O terceiro eixo, denominado industrial emergente, inclui os membros originais do BRICS, Turquia e Irã — países de grande dimensão geográfica e com relevante intervenção estatal no desenvolvimento — caracterizando a semiperiferia do Sistema Mundial. Segundo Wallerstein (1979), a semiperiferia atua como amortecedor entre centro e periferia, resultado do desenvolvimento desigual do sistema: alcança níveis superiores aos da periferia, mas ainda aquém do centro. Autores como Wallerstein (1979) e Braudel (1990; 2009) destacam que essa zona intermediária contribui para a estabilidade sistêmica e funciona como espaço de negociação e conflito, no qual as elites buscam melhorar sua posição frente às dinâmicas de poder do centro e da periferia.

Para Visentini (2019), o grupo semiperiférico industrial emergente, embora heterogêneo em recursos e interesses – por vezes conflitivos – compartilha a posição de potência emergente. Destacam-se China e Índia, em ascensão constante, e Rússia,

(re)emergindo após o colapso da União Soviética; todos três são potências nucleares, com Rússia e China membros permanentes do CSNU. Brasil e África do Sul enfrentam dificuldades recentes, com perda de protagonismo regional, embora tenham cofundado, junto com a Índia, o Fórum IBAS em 2003. Irã e Turquia também são alocados nesse eixo, devido a ganhos político-econômico-militares observados nas últimas décadas. A última cúpula do BRICS, em 2023, confirmou essa tendência com a inclusão do Irã como membro do BRICS⁷. De igual modo ressalta-se também a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), de caráter regional e foco também securitário que reúne os países da Ásia central formando uma conexão eurasiana que desagrada o ocidente (Brzezinski, 1997; Visentini, 2019; Fiori, 2024)

Por fim, o último eixo é caracterizado como agrário, mineral e demográfico periférico, composto pelos pequenos e médios Estados da América Latina, África e Ásia, ou seja, o Terceiro Mundo ou Sul Geopolítico. Os integrantes desse eixo detêm uma série de recursos humanos e materiais sem, no entanto, ter capacidade político-militar-econômica. É um eixo bastante heterogêneo, sendo composto por uma série de países completamente diferentes entre si, tendo em comum a sua posição periférica no Sistema.

O fim da bipolaridade representou também o enfraquecimento do terceiro mundismo como movimento que se organizava com o fim de aumentar o poder de barganha desse espaço periférico, sendo substituído por tentativas de integração regional nem sempre bem sucedidas. Nesses espaços as vulnerabilidades socioeconômicas e as tensões sociais são mais explícitas, resultando em instabilidades políticas. A posição que esse espaço ocupa como uma periferia fornecedora de recursos faz dele palco de disputas entre as antigas potências e os países emergentes. Assim, podemos identificar a África e o Atlântico Sul, praticamente todo o Entorno Estratégico nacional, dentre os espaços que Visentini (2019) aponta como Estados e regiões pivô da periferia. Para o autor, o Atlântico Sul representa um importante ponto de passagem sob discreto controle britânico enquanto na África, o Golfo da Guiné se destaca pelos seus recursos energéticos que lhe conferem uma importância estratégica para as antigas e para as emergentes potências.

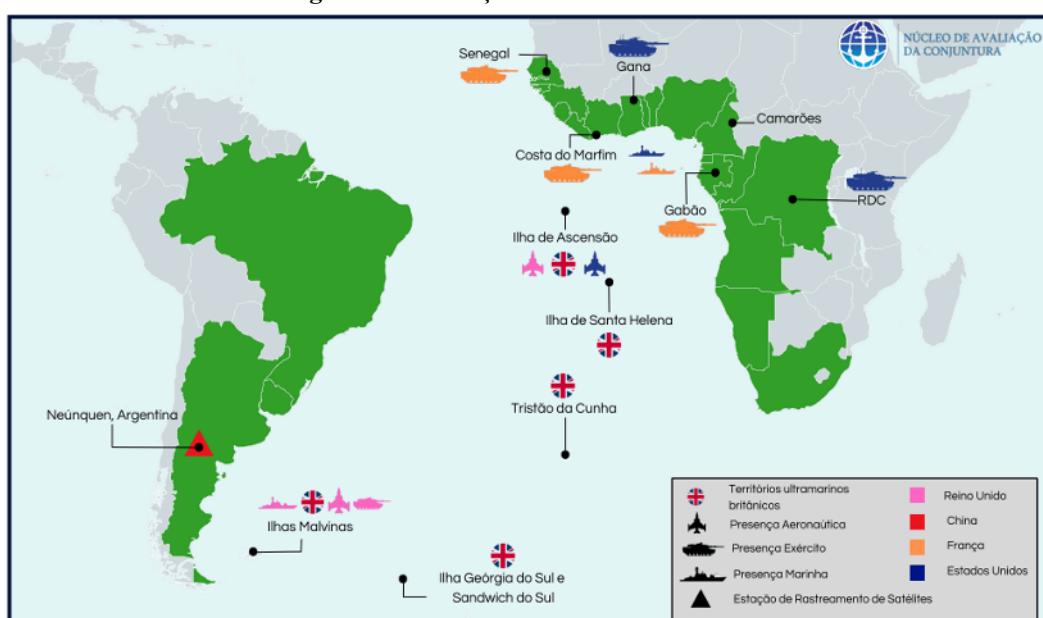
O espaço sul-atlântico encontra-se, novamente, em um momento de valorização estratégica no qual atores em ascensão buscam se inserir na região enquanto atores em declínio buscam reforçar sua posição neste espaço (Pereira, 2013). O Atlântico Sul, em ambas as suas margens, concentra incontáveis riquezas naturais e se afirma como um espaço

⁷ O Novo Banco do Desenvolvimento, nesse cenário, se constitui como um passo importante de institucionalização desse “clube” de países emergentes (Sapir, 2023), assim como uma alternativa às instituições financeiras ocidentais, representando um importante mecanismo para fomento do desenvolvimento.

estratégico, tanto nos âmbitos econômico-comercial quanto militar. A disponibilidade offshore de recursos naturais, segundo Beny (2007), oferece diversas vantagens: reduz a dependência dos países ocidentais em relação à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e assegura a continuidade da exploração, independentemente da situação político-social interna, já que ocorre em alto-mar. Além disso, o Golfo da Guiné possui reservas de petróleo abundantes e de alta qualidade, oferecendo vantagens logísticas por permitir um escoamento mais fácil da produção e por evitar a passagem pelo Golfo de Áden — região igualmente visada pela pirataria em razão do intenso fluxo de petroleiros e cargueiros provenientes de Suez (Beny, 2007). Paradoxalmente, o aumento da pirataria, que à primeira vista poderia parecer prejudicial às potências estrangeiras, fornece os elementos factuais que essas nações utilizam para justificar o reforço de sua presença militar no Atlântico Sul (Fituni; Abramova, 2010).

Observa-se a presença de três grandes atores externos na região: OTAN (com destaque para Reino Unido, EUA, França e para a discreta presença de Portugal, via CPLP), China e Rússia (González, 2018). Dessa forma, a ausência de uma ordem definida flexibiliza antigas zonas de influência antes rigidamente estabelecidas, intensificando a disputa por recursos e apoio. Nesse contexto, a presença de novas potências extrarregionais no Atlântico Sul, como China e Rússia, desafia a exclusividade historicamente exercida por atores ocidentais nessa área (Pereira, 2016).

Figura 11: Presença militar de atores externos.



Fonte: Brasil (2021)

A presença britânica na região remonta ao período de sua hegemonia, consolidando sua presença no Atlântico Sul a partir do domínio de territórios insulares nesse espaço. Além de ocuparem as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul (em disputa de soberania com a Argentina) também estão presentes na Ilha de Ascensão e na Ilha de Santa Helena (prisão final de Napoleão). Essa presença forma um verdadeiro “cinturão” entre o Brasil e a África e entre o Atlântico Sul e a Antártica. Em uma visão mais ampla, podemos observar que os britânicos e seus sócios (antigas colônias da Austrália e Nova Zelândia) reivindicam aproximadamente dois terços do território antártico e “cercam” o acesso a esse continente via territórios no Índico, Pacífico e Atlântico Sul. O Reino Unido mostra-se intransigente na questão das Malvinas e busca a manutenção das relações econômicas com suas antigas colônias por meio da *Commonwealth*. Ainda, a presença britânica não vem sozinha, representando a presença da própria OTAN neste espaço.

A partir de 2007 há um incremento das políticas norte-americanas direcionadas para a África, com a criação do *United States Africa Command* (AFRICOM), cuja ação, oficialmente, visava ao combate do terrorismo islâmico por meio do fornecimento de conselheiros, doutrinas e adestramento de efetivos, podendo ainda, se necessário, conduzir operações militares (Visentini; Migon; Pereira, 2016).

Nossos parceiros no Golfo da Guiné e no Chifre da África precisam de uma infraestrutura de segurança marítima robusta e interoperável para proteger suas fronteiras e recursos marinhos. O US AFRICOM se envolve e treina com as forças costeiras, aproveitando dois ativos navais: o USS Hershel "Woody" Williams e o USNS Trenton [...]⁸ (AFRICOM, 2023, p. 17, tradução própria).

Em realidade, o estabelecimento do AFRICOM, assim como a reativação da IV Frota (2008), cristaliza uma série de políticas adotadas para garantir o interesse dos Estados Unidos na região, como o programa *Africa Partnership Station 2010*, a I Cúpula EUA-UA (2014), a *National Security Strategy* (2015) e uma série de visitas de alto nível ao continente, sendo que em todos os documentos, ações e discursos o tema da segurança marítima, assim como o combate ao terrorismo estava na agenda (González, 2018; Fituni; Abramova, 2010).

O US AFRICOM está auxiliando nossos parceiros na África Ocidental para limitar a atividade da JNIM [Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin] e prevenir sua expansão. Estamos constantemente vigilantes monitorando planos contra

⁸ Do original: Our partners in the Gulf of Guinea and the Horn of Africa need a robust and interoperable maritime security infrastructure to protect their borders and marine resources. USAFRICOM engages and trains with coastal forces, leveraging two naval assets: the USS Hershel "Woody" Williams and the USNS Trenton .

americanos ou o território nacional. À medida que a JNIM cresce, a probabilidade de tais planos também aumenta.⁹ (AFRICOM, 2023, p. 7, tradução própria).

Nesse contexto, foi criado o exercício Obangame Express (OE), iniciado em 2010 sob a liderança do Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM), com o apoio da 6^a Frota das Forças Navais dos EUA para a África (NAVAF). A OE destaca-se como um dos maiores exercícios internacionais de segurança marítima da África Ocidental e Central. A iniciativa reúne cerca de 30 Marinhas — aproximadamente 20 africanas e 10 europeias — além dos Estados Unidos e do Brasil, este último sendo o único país da costa sul-americana a participar. A OE conta ainda com a participação de organismos internacionais, como a Arquitetura de Yaoundé, a Interpol, o UNODC e o MAOC-N, tendo como principais objetivos fomentar a cooperação, reforçar a segurança e garantir a estabilidade marítima no Golfo da Guiné, enfrentando ameaças como pirataria, tráfico e pesca ilegal. Em 2016, a OE incorporou o exercício Saharan Express, realizado desde 2011 no trecho compreendido entre o Senegal e a Guiné.

Cabe destacar a participação do Brasil na Obangame Express. O país recebeu seu primeiro convite em 2012, enviando um oficial observador para a zona A, com sede em Luanda, Angola. Em 2016, os Estados Unidos convidaram o Brasil a assumir a liderança da zona A, composta por Angola, República do Congo e República Democrática do Congo. Nessa função, o Estado-Maior brasileiro tornou-se responsável por toda a segurança, coordenação e execução das operações na área durante os 17 dias do exercício, consolidando sua atuação como um ator estratégico e demonstrando sua capacidade de cooperação em segurança marítima no Atlântico Sul¹⁰.

A presença francesa na região do Golfo da Guiné remonta ao final da década de 1990, com o estabelecimento da *Mission Corymbe*, que permanece atuando na região (González, 2018; Schmidt, 2013). Antes disso, partes da região compuseram o Império Francês, o que levou, com o fim do colonialismo, ao estabelecimento de relações neocoloniais com países como o Gabão, que garantem a presença francesa nesta região.

⁹ Do original: USAFRICOM is assisting our West African partners to limit JNIM's activity and prevent its expansion. We remain vigilant in monitoring plans against Americans or the national territory. As JNIM grows, the likelihood of such plans emerging also increases.

¹⁰ Além desses exercícios centrados no Atlântico Sul, é importante mencionar a Operação UNITAS, iniciada em 1959 sob a liderança dos Estados Unidos, que constitui o exercício naval multinacional mais antigo em atividade. Realizada anualmente em águas do Atlântico e do Pacífico, abrangendo regiões da América Central e do Sul, a UNITAS tem como objetivos fortalecer a cooperação em segurança marítima e aprimorar a capacidade de condução de operações em coalizão. Atualmente, os países participantes incluem diversas nações das Américas, como Belize, Brasil, Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, Guiana, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Estados Unidos; da Europa, como Espanha, França e Reino Unido; da África, como Camarões e Namíbia; e da Ásia, como a Coreia do Sul.

A França se apoia nos laços que conseguiu estabelecer e manter por mais de 30 anos com os parceiros da região, especialmente por meio dos diferentes mandatos da operação CORYMBE, além de contar com sua experiência e modelo nacional em termos de Ação do Estado no mar (AEM). Dessa forma, ela apoia o fortalecimento das marinhas costeiras e, ao mesmo tempo, compartilha seus conhecimentos para capacitar os Estados costeiros a garantirem por si mesmos a segurança de suas áreas marítimas.¹¹ (République Française, 2021, p. 17, tradução própria).

Além disso, os franceses também se fazem presentes no Atlântico Sul a partir da Guiana Francesa, território ultramarino que na verdade é um resquício do império colonial francês na América do Sul e que possibilita que a França garanta seus interesses nas regiões amazônica, caribenha e sul-atlântica. Entretanto, a consolidada presença na África Ocidental e Sahel, que garantiam também influência no Atlântico Sul vem sofrendo fortes reveses com a derrocada de regimes aliados, com grupos militares com grande apoio popular que vem tomado o poder frente a anos de subserviência aos interesses franceses em detrimento do interesse nacional, como os casos de Burkina Faso, Níger, Guiné, Mali e Gabão, que vem passando por um processo de reestruturação do Estado, expulsando militares franceses e gerando uma onda de descontentamento e reação aos vínculos neocoloniais como o controle monetário via Franco CFA (Mesa, 2024; Nadzharov; Entina, 2023; González, 2018).

Nesse contexto de desafios à presença francesa, surgem iniciativas de cooperação militar voltadas à segurança marítima, como a Grand African NEMO. Realizada anualmente desde 2018, a NEMO é coorganizada pela Marinha Francesa e pela Arquitetura de Yaoundé, abrangendo a área marítima do Senegal a Angola. O exercício visa fortalecer a capacidade das Marinhas costeiras do Golfo da Guiné de cooperar e executar ações estatais no mar de forma eficaz, contando com a participação de França, Brasil, Reino Unido, Portugal e Itália.

As potências extrarregionais de presença histórica, somam-se, igualmente, China e Rússia. Nota-se que a reaproximação russa e a aproximação chinesa com o continente africano tiveram início no final dos anos 1990, em um momento no qual o espaço africano e sul-atlântico perdia valor estratégico, sendo relegado a um segundo plano pelas potências ocidentais (Visentini, 2013). O estado chinês valeu-se dessa condição de vazio estratégico, logrando se inserir sem maiores problemas na região, por meio de parcerias comerciais e aliados políticos e se consolidou, hoje, como o principal parceiro econômico do continente

¹¹ Do original: La France s'appuie sur les liens qu'elle a su tisser et entretenir depuis plus de 30 ans avec les partenaires de la région, notamment grâce aux différents mandats de l'opération CORYMBE, ainsi que sur son expertise et son modèle national en matière d'Action de l'État en mer (AEM). Elle accompagne ainsi la montée en puissance des marines riveraines et, dans le même temps, partage ses savoir-faire afin de permettre aux États riverains d'assurer eux-mêmes la sécurisation de leurs espaces maritimes.

africano. Ainda, a China se projetou na região do Golfo da Guiné com investimentos¹² em infraestrutura e concessão de empréstimos (Alden, 2007).

Quando se coloca em perspectiva a atuação da China na região do Golfo da Guiné, percebe-se que essa projeção integra uma estratégia mais ampla de engajamento diplomático, econômico e militar em todo o continente africano. Tendo isso em vista:

Importa destacar a incorporação da África na *Belt and Road Initiative (BRI)*. Considerada uma extensão histórica e natural da antiga rota da seda, a cooperação com os africanos no âmbito deste projeto irá gerar mais recursos, expandir o mercado, o espaço e as perspectivas para o desenvolvimento africano. A intenção é auxiliar o continente africano a superar o gargalo da infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos e aeroportos) e acelerar seu processo de desenvolvimento econômico. Além desses aspectos econômicos, pretende-se também (como no caso da Walvis Bay na Namíbia: investimentos financeiros em portos foram seguidos por acordos militares com a Marinha do Exército de Libertação Popular [ELP]) gerar retornos geoestratégicos para a China. Entretanto, a prioridade do governo chinês (especialmente em termos geoestratégicos) dentro do continente africano ainda é a costa leste (Chifre da África), banhada pelo Oceano Índico e que atualmente conta com 5 navios de guerra e alguns submarinos navegando continuamente (Visentini, 2022, p. 36).

Respeitando a não interferência em assuntos internos, a China busca parcerias cooperativas com países africanos, combinando apoio militar¹³ com investimentos econômicos e acordos comerciais estratégicos para consolidar sua influência na região. A participação em missões de paz em países como Costa do Marfim, Libéria, Mali e Serra Leoa destaca o papel que Pequim busca desempenhar na manutenção da paz e segurança no continente africano, ao mesmo tempo em que reforça suas relações diplomáticas e busca garantir o acesso a recursos estratégicos na região, como recursos minerais e petróleo (Xinfeng; Ohunyu; Mengying, 2017).

De acordo com Visentini (2022) os principais parceiros da China na costa ocidental africana são Nigéria, Angola, Costa do Marfim e Namíbia, com destaque para o setor da infraestrutura portuária e concessão de empréstimos. Além disso, Namíbia e Costa do Marfim receberam doações de equipamentos militares navais, enquanto que com a Nigéria foram realizados exercícios de combate a grupos terroristas no Delta do Rio Níger. Por fim, cabe destaque à participação chinesa na construção e ampliação portuária na Costa do Marfim

¹² É válido pontuar que os investimentos em infraestrutura tem objetivos práticos, possibilitando o escoamento da produção africana que interessa ao investidor. Os empréstimos são concedidos com pagamento em *commodities*, atendendo ao interesse dos chineses, que deixam de comercializar em dólar, ou seja, moeda conversível, e dos países africanos, que muitas vezes carecem de reservas em moeda estrangeira e, caso fosse necessário, ver-se-iam impedidos de efetuar os pagamentos (Alden, 2007).

¹³ Um exemplo da atuação chinesa nesse contexto foi sua participação na Operação Regional Maritime Exercise (REMEX) 2022, coordenada pela Marinha da Nigéria e realizada de 30 de maio a 1º de junho. O exercício comemorou o 68º aniversário da Marinha nigeriana e teve como objetivo promover a segurança marítima no Golfo da Guiné. Participaram também Brasil, Camarões e Nigéria, com um total de 17 navios.

(Porto de Abidjan) e na Namíbia (Porto de Walvis Bay), havendo a possibilidade do estabelecimento de uma base naval em Walvis Bay, o que elevaria para outro patamar a presença chinesa no espaço sul-atlântico.

Moscou, por sua vez, herdeiro da União Soviética – e na África especialmente de seu capital diplomático – intensificou as relações com os antigos parceiros africanos a partir dos anos 2000. O gigante eurasiático, no entanto, não dispõe da mesma pujança econômica que o Estado chinês, e sua presença no Golfo da Guiné se dá, principalmente, por meio do comércio de armamentos, fundamental para a estabilização da região, e com a inserção de empresas russas dos setores de mineração e energia (Fituni; Abramova, 2010; Visentini, 2022).

O norte da atuação russa no Atlântico Sul e na costa oeste africana está delineado em documentos como o “Conceito de Política Externa da Federação Russa” (Russian Federation, 2023) e a “Doutrina Marítima Russa” (Russian Federation, 2022), sendo Angola e África do Sul seus principais parceiros na região. Em sua doutrina marítima (Russian Federation, 2022, p. 8), a Rússia destaca a importância estratégica das “[...] áreas de passagem das comunicações de transporte marítimo mundial, incluindo as que correm ao longo do continente asiático e da costa africana”, abrangendo, assim, a região da Rota do Cabo.

O papel estratégico dessa região para o Kremlin é reforçado por iniciativas como a do cruzador de mísseis Marshal Ustinov, que, em 28 de novembro de 2019, realizou uma visita ao porto de Cape Town, na África do Sul, e deu início à fase prática do exercício naval conjunto russo-chinês-sul-africano¹⁴ no Atlântico Sul, próximo ao Cabo da Boa Esperança. O exercício concentrou-se em ações conjuntas de liberação de navios capturados, operações de busca, assistência a embarcações em emergência e resgates no mar. O exercício se repetiu em 2023, no Porto de Richards Bay, e teve como objetivo fortalecer a cooperação naval entre os países participantes¹⁵, compreendeu atividades como tiro com artilharia, manobras táticas e operações de inspeção e resgate de navios capturados – cabe mencionar que a Marinha Brasileira participou como observadora.

De maneira consistente com sua atuação estratégica, a Rússia mantém relações promissoras com Namíbia, Camarões e Nigéria, prestando auxílio em missões de combate ao terrorismo e à pirataria, em conformidade com as diretrizes de estabilização regional (Visentini, 2022). Apesar de focada em setores específicos, percebe-se uma maior presença

¹⁴ O exercício contou com a participação da fragata chinesa Weifang, da fragata sul-africana Amatol e de navios de apoio das marinhas russa e sul-africana

¹⁵ A Marinha Russa foi representada pela fragata Admiral Gorshkov e pelo petroleiro Kama, a Marinha Chinesa pela fragata Rizhao, pelo destroyer Huainan e pelo navio de reabastecimento Kekexilihu, e a Marinha da África do Sul pela fragata Mendi.

russa na região, garantindo acesso à exploração de seus recursos principalmente energéticos, mas não somente. Destaca-se, por exemplo, o lançamento em 2024 pela Agência Federal Russa para a Pesca de uma expedição marítima com o objetivo de estudar os recursos biológicos marinhos ao longo da costa de 18 países africanos, nos oceanos Atlântico e Índico. Prevista para começar em 2026, a expedição contará com pesquisadores russos e africanos para avaliar reservas de recursos aquáticos e identificar novas áreas de pesca¹⁶. Segundo o Kremlin pesquisas desse porte não são realizadas desde a década de 1980.

À medida que os atores extrarregionais, tanto ocidentais quanto eurasiáticos, aprofundam gradativamente sua presença no Atlântico Sul, os Estados da região também passaram, a partir do início dos anos 2000, a intensificar seus esforços de projeção externa de forma mais estruturada. Nesse processo, destacam-se sobretudo as potências regionais, notadamente Brasil, África do Sul, Nigéria e Angola¹⁷. Frente a essas dinâmicas, os Estados sul-atlânticos seguem aprofundando suas relações bilaterais e buscam atribuir maior importância a antigos fóruns como a ZOPACAS (durante o início dos anos 2000) e criar novos espaços e dispositivos de cooperação como a CGG e o fórum de diálogo IBAS que demonstra a possibilidade de integração do espaço do Atlântico Sul e do Oceano Índico como uma opção frente aos novos desafios.

Para o Estado brasileiro, o Atlântico Sul, especialmente a costa ocidental africana, representa um espaço estratégico para a política externa e de defesa, tanto pela segurança energética quanto pela geopolítica internacional, resultado de vínculos históricos e de sua posição geográfica. Embora essas relações remontem ao século XVI, sua centralidade foi reforçada a partir da crise do petróleo nos anos 1970. Sua relevância, que por décadas permaneceu implícita nas ações de política externa, foi oficialmente reconhecida nos anos 2000 por meio de documentos de defesa, como a Política Nacional de Defesa e o Livro

¹⁶ O navio de investigação *Atlantíro* conduzirá estudos nas zonas costeiras da Mauritânia, Nigéria, Marrocos, Camarões, São Tomé e Príncipe, Gabão, República do Congo, Guiné Equatorial e Angola, enquanto o navio *Atlantida* irá se concentrar nas águas da Mauritânia, Guiné-Bissau, Guiné, Senegal, Moçambique, Serra Leoa, Madagascar, Maurícias e Eritreia.

¹⁷ Em particular, Angola ressalta a importância do Atlântico Sul em seu espaço estratégico de interesse conjuntural, conforme definido no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), aprovados em abril de 2018. Esse espaço é considerado geoestratégico e geopolítico, exigindo atenção especial devido às profundas conexões históricas, geográficas, econômicas e culturais da região

Branco de Defesa Nacional¹⁸. Esses instrumentos não apenas destacaram o Atlântico Sul, mas também inseriram a região no conceito de Entorno Estratégico do Brasil.

Nesse contexto, o Brasil tem desenvolvido diversas iniciativas de cooperação técnica e militar que refletem sua projeção internacional e sua estratégia de fortalecimento de vínculos regionais. Um exemplo é a capacitação de militares africanos realizada pelas Forças Armadas brasileiras, em países como Angola e Nigéria, assim como a expansão das conexões marítimas e aéreas com o continente africano, que favorece fluxos comerciais e projetos de cooperação técnica (Penha, 2011). Com a Argentina, destaca-se a Operação FRATERNO, iniciada em 1978 e realizada anualmente desde 1980, que busca aprimorar o adestramento das equipes navais e fortalecer a interação entre as Marinhas; já com a África do Sul, sob a parceria estratégica, o Brasil realiza exercícios como o *Brazilian Task Group* e participa, desde 2003, do Comitê Conjunto de Defesa voltado à formação militar e à cooperação tecnológica.

Além disso, o Brasil mantém acordos de defesa com diversos países africanos, como Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia, Guiné Equatorial, Nigéria e Senegal. Exemplos concretos dessa cooperação incluem a formação de oficiais da Marinha de Cabo Verde e o apoio à organização da Marinha da Namíbia, demonstrando como diplomacia e colaboração militar se articulam na projeção internacional do país. Projetos conjuntos – como o desenvolvimento do míssil *A-Darter* em parceria com a África do Sul (2006-2010), e o auxílio brasileiro no mapeamento da Zona Econômica Exclusiva e na estruturação da Marinha namibiana – evidenciam ainda mais essa dinâmica de cooperação estratégica.

O multilateralismo, característica histórica da política externa brasileira, também assume relevância quando se trata da projeção do país no Atlântico Sul. Nesse sentido, destaca-se a CPLP, criada em 1996, que utiliza os laços históricos no Atlântico Sul para ampliar a cooperação entre seus membros, incorporando também iniciativas de defesa e segurança que reforçam o oceano como eixo estratégico de integração regional. Nesse contexto, destaca-se a série de exercícios FELINO, iniciada nos anos 2000, é realizada anualmente buscando promover a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados membros em operações de paz e assistência humanitária sob a égide da ONU.

¹⁸ “Esse oceano possui áreas estratégicas relevantes, [...] As passagens ao sul, que ligam o Atlântico ao Pacífico, constituem uma via alternativa ao canal do Panamá, [...] A rota do cabo da Boa Esperança, conectando o Atlântico Sul ao oceano Índico, é uma alternativa ao canal de Suez e oferece também o melhor acesso marítimo à Antártica. Cumpre ressaltar, ainda, a significativa importância da vasta bacia petrolífera existente na plataforma continental brasileira, além das rotas de importação do petróleo de países da faixa equatorial do atlântico [...]” (Brasil, 2012, p. 38).

Nota-se que, no âmbito da CPLP, o Brasil coopera com um ator extrarregional tradicional, Portugal, consolidando vínculos históricos e promovendo iniciativas político-diplomáticas e de defesa. De forma complementar, o país se engaja no fórum IBAS, reunindo Brasil, África do Sul e Índia – um ator extrarregional emergente com projeção crescente no Atlântico Sul. Nesse contexto, destaca-se a Operação IBSAMAR, exercícios navais trilaterais bienais iniciados em 2008, realizados sob liderança rotativa e voltados a aprimorar a interoperabilidade das Marinhas, fortalecer a segurança marítima e enfrentar desafios comuns como pirataria, pesca ilegal e tráfico de drogas. Além do caráter operacional, o IBAS constitui uma aliança estratégica que busca preencher lacunas de liderança regional, articulando interesses em segurança, energia e gestão sustentável de recursos naturais.

Outro ambiente multilateral em que o Brasil tem notável protagonismo é o fórum da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), criado em 1986 a partir de um entendimento diplomático entre Argentina, Brasil e Nigéria. A organização buscava garantir a segurança regional não por meio da dissuasão estratégica, mas evitando interferências externas e promovendo a cooperação horizontal entre os países ribeirinhos. A criação da ZOPACAS foi formalizada pela Resolução 41/11 da Assembleia Geral da ONU, com votos contrários dos EUA e abstenção de Portugal. Apesar das limitações políticas e econômicas dos anos 1990 e da perda de relevância geoestratégica da região após o fim do sistema bipolar, a ZOPACAS foi revitalizada no período pós-Guerra Fria, impulsionada por Angola e pelo repositionamento da política externa brasileira, que passou a valorizar a África como eixo estratégico. A revitalização, como já foi mencionado anteriormente, não passou despercebida pelas grandes potências, levando os EUA a criarem o *United States Africa Command* (AFRICOM) e a reativarem a IV Frota no Atlântico Sul.

Na outra margem do Atlântico há também duas estruturas notadamente importantes quando se pensa na organização regional, a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), fundada em 2001, e a Arquitetura de Yaoundé, estabelecida em 2013, representam importantes iniciativas em matéria de segurança marítima para os países da costa ocidental africana. Apesar das deficiências financeiras e militares desses Estados, que propiciam muitas vezes a sua dependência às políticas de potências extrarregionais, ambas as instituições demonstram a vontade política para consolidar uma estratégia autônoma para enfrentar de maneira conjunta as ameaças transnacionais da região, tais como a pirataria, a pesca ilegal, o tráfico ilícito, o terrorismo e demais crimes marítimos (Gonzaléz, 2018; Pereira, 2016). Complementarmente, a Arquitetura de Yaoundé estabelece mecanismos regionais de monitoramento e

compartilhamento de informações relativas à segurança marítima, como o Centro Inter-regional de Coordenação (ICC), cuja sede localiza-se em Yaoundé e representa os esforços de cooperação das três organizações da região, a CGG, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Conclusão

O sistema internacional contemporâneo encontra-se em um momento de crise e transição sistêmica, caracterizado pelo enfraquecimento da hegemonia vigente e pela redefinição das correlações de poder. A perda de efetividade dos mecanismos de organização que sustentavam a ordem anterior evidencia a emergência de uma nova configuração multipolar, na qual diferentes polos — Estados Unidos, União Europeia, Rússia, China e o chamado Terceiro Mundo — disputam espaços de influência. No pós-Guerra Fria, a estratégia estadunidense de difundir a democracia liberal e expandir a globalização revelou-se, em longo prazo, orientada ao controle político e econômico dos recursos mundiais, como forma de conter o avanço de potências concorrentes.

Nesse contexto, a Eurásia emerge como o principal tabuleiro geopolítico, conforme observa Brzezinski (1997), que adverte para o risco de uma articulação entre Paris, Berlim, Moscou, Pequim e Nova Déli capaz de desafiar a hegemonia americana. Amin (2006), por sua vez, identifica no arrefecimento das rivalidades europeias uma oportunidade histórica de conter a unipolaridade e promover uma ordem mais equilibrada. Assim, a atual reconfiguração do sistema internacional evidencia não apenas o declínio do paradigma unipolar, mas também a transição para uma estrutura mais complexa e contestada, cujos contornos futuros dependerão do equilíbrio entre cooperação e competição entre esses polos emergentes.

Brzezinski (1997) ressalta ainda a importância de promover o distanciamento entre Ucrânia e Rússia como condição essencial para o enfraquecimento da posição russa enquanto Grande Potência, o que permite compreender mais claramente as motivações subjacentes ao conflito na Ucrânia fomentado pelo Ocidente, bem como a inconsistência — ou subserviência — da postura franco-alemã diante desse cenário. Nessa linha, Kees Van Der Pijl (2018) caracteriza o presente momento histórico como uma “Terceira Guerra Fria”, em que a anglosfera se consolida como um bloco histórico de natureza predatória, financeira e especulativa, empenhado em expandir sua influência.

O Atlântico Sul, portanto, não se configura como o palco central das disputas geopolíticas contemporâneas, mas tampouco se limita a uma área acessória na definição do equilíbrio de poder global. Embora a competição sistêmica se concentre na Eurásia, o resultado dessa disputa tende a ser influenciado por quem exercer controle efetivo sobre o Atlântico Sul. Diferentemente do que ocorreu sob a Pax Britannica e a Pax Americana, os Estados ribeirinhos dessa região dispõem em totalidade, de forma inédita, de estruturas estatais modernas que garantem efetivamente uma capacidade de agência coletiva, articulada por meio de organismos multilaterais e fóruns regionais politicamente soberanos e dotados de uma ampla rede de parcerias.

Esses países compartilham uma visão comum para o espaço sul atlântico, pautada na consolidação de uma zona de paz e desnuclearizada, aberta ao diálogo com todas as potências extrarregionais. Assim, tratam-se de Estados conscientes de sua relevância estratégica e que, de modo mais ou menos eficaz, têm sabido utilizar essa posição para fins de barganha e projeção no cenário internacional.

A articulação desses atores em torno de exercícios navais, como a operação brasileira Guinex, demonstram o amadurecimento de sua capacidade de atuação conjunta na arena internacional. Isso só se mostra possível a partir da articulação da ZOPACAS que, apesar de muitas análises considerarem um fórum pouco efetivo, demonstra sua importância ao promover gradualmente, ao longo de seus quase quarenta anos de atuação, um espaço de aprofundamento da cooperação entre os Estados ribeirinhos em diversas áreas. A cooperação em defesa entra nesse cenário recentemente, em 2013, na reunião ocorrida em Montevidéu, demonstrando uma clara percepção desses atores de que cooperar em matéria de defesa é fundamental para garantir uma posição soberana na atual fase sistêmica pela qual passamos, sendo somente assim possível a consecução dos objetivos de manutenção da paz e aprofundamento da cooperação.

Referências

- ALDEN, Chris. **China in Africa**. London: Zed Books, 2007.
- AMIN, Samir. **Os desafios da mundialização**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing**: Lineages of the Twenty-first Century. Londres; Nova York: Verso, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial.** Contraponto/Editora UFRJ, 2001.

BENY, Eduardo. **A nova geopolítica do petróleo: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné.** Novo Imbondeiro, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: MD, 2012.

BRASIL. Marinha do Brasil. “Boletim Geocorrente: Edição Especial: ZOPACAS.” Boletim Geocorrente: n.2, outubro de 2021. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:
<https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/Boletim%20Especial%20ZOPACAS%202021.pdf>. Acesso em: 26/07/2025.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais.** Lisboa: Editorial Presença, 1990.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo:** séculos XV-XVIII: O tempo do mundo. Vol. 3. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BROZOSKI, Fernanda; PADULA, Raphael. “A Geopolítica dos Mares como fator estratégico para a integração na América do Sul.” *Austral Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v. 5, p. 90, 2016.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Le grand échiquier: l'Amérique et le reste du monde.** Paris: Bayard, 1997.

CÂMARA, Paulo Eduardo A. S; DE MELO, Renato Batista. Brasil na Antártica, os próximos 30 anos. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 33, n. 68, p. 64-81, 2018. Disponível em:
<https://doi.org/10.47240/revistadaesg.v33i68.982>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CASTRO, Therezinha. **Atlântico Sul: Geopolítica e Geoestratégia.** Rio de Janeiro: ESG, 1997.

COSTA E SILVA, Alberto da. **Um rio chamado Atlântico.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Géostratégie de l'Atlantique Sud.** Paris: PUF, 1985.

COUTO, Abel Cabral. A Importância Estratégica do Atlântico Sul. **Nação e Defesa**, v. 132, p. 238-246, 2012.

COX, Robert W. “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory.” *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126–155, 1981.

FIORI, José Luís. A crise aguda e o declínio crônico do Ocidente. Boletim de Conjuntura – **Observatório Internacional do Século XXI**, n.5, maio 2024. p. 7-10

FITUNI, L.; ABRAMOVA, I. **Resource Potential of Africa and Russia's National Interests in the XXI Century.** Moscow: Institute of African Studies, 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONZÁLEZ, Yoslán Silverio. **África Occidental: crisis vs estabilidad política.** Livraria Palmarinca, 2018.

HALLIDAY, Fred. **Cold war, Third World: an essay on Soviet-US relations**. London: Hutchinson Radius, 1989.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve Século XX (1914- 1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875 - 1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus. 1991.

MEARSHEIMER, John J. Bound to Fail. The Rise and Fall of the Liberal International Order. In: **International Security**, Vol. 43, Nº 4 Spring, 2019.

MERLE, Marcel. **The sociology of international relations**. Hamburg: Berg Publishers, 1987.

MESA, Beatriz. **El fracaso de Occidente en África: La nueva amenaza que no queremos ver**. Editorial Almuzara, 2024.

NADZHAROV, Alexander M.; ENTINA, Ekaterina G. Franco-Russian Great Power Rivalry in the Sahara-Sahel Region. **Russia in Global Affairs**, v. 21, n. 3 (83), p. 181-204, 2023.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo, último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. O Atlântico Sul, a África Austral e a América do Sul: cooperação e desenvolvimento. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, RS, v. 2, n. 4, p. 33-47, jul.-dez. 2013.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: Cooperação e Desenvolvimento. In: VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A (in) segurança da África e sua importância para a Defesa do Brasil**. Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME, 2016. p. 59-78.

PIMENTEL, Cauê Rodrigues. O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 12, n. 22, p. 113-143, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. **Ministère des Armées: dossier de presse sur l'Opération Corymbe**. Paris, 2021.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

RUSSIAN FEDERATION. **The Maritime Doctrine of the Russian Federation**. 2022.

RUSSIAN FEDERATION. **The Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation.** 2023.

SAPIR, Jacques. Rumo a uma nova ordem mundial. Resistir.info, 13 jul. 2023. Disponível em: https://www.resistir.info/crise/sapir_13jul23.html. Acesso em: 13 fev. 2025.

SILVA, A. R. de; MARCONDES, M. C. “Reflexos da geopolítica global no Atlântico Sul.” *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 147, n. 2, p. 69–88, dez. 2019.

TODD, Emmanuel. **Après l'empire**. Paris: Gallimard, 2004.

TODD, Emmanuel. **La défaite de l'Occident**. Paris: Gallimard, 2024.

TORRES FILHO, E. T. Sanções contra a Rússia:bomba-dólar, desglobalização e geopolítica. **OIKOS**, v. 21, n. 2. p. 73-85, 2022.

U.S AFRICA COMMAND (AFRICOM). **African Security In A Global Context**: Statement Of General Michael E. Langley, United States Marine Corps Commander, Before The U.S Senate. Washington, 2023.

VAN DER PIJL, Kees. **Flight MH17, Ukraine and the New Cold War: Prism of Disaster**. Manchester: Manchester University Press, 2018.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O Desafio do Oriente na Crise do Ocidente: Estudos sobre a conjuntura e a estrutura (2019-2021)**. Porto Alegre, RS: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), 2022.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Manual do candidato: história mundial contemporânea (1776-1991)**: da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética. 3. ed. rev. atual. Brasília: FUNAG, 2012.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Eixos do poder mundial no Século XXI: uma proposta analítica. In: **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.8, n.15, Jan./Jun. 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luis Dario; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial**. México: Siglo XXI, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Contraponto Editora, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico**. Contraponto, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa: The politics of unity**. New York: Bison Books, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. A Doutrina Bush: um ensaio interpretativo. In: VIZENTINI, Paulo Gilberto; WIESEBRON, Marianne (orgs.). **Neohegemonia americana ou multipolaridade: pólos de poder e sistema internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

XINFENG, Li; CHUNYU, Zhang; MENGYING, Zhang. China's role in peace and security cooperation in the Gulf of Guinea region. **China Int'l Stud**, vol. 66, 2017.